ATA SEI

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

A Presidência do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005, e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, Decreto nº 62.982, de 25 de outubro de 2024, e suas alterações, e, por intermédio de seu Plano de Manejo, aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA - Serra Dona Francisca, realizada em 18/03/2025.

No décimo oitavo dia, do mês de março, do ano dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quarenta minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Estiveram Presentes os Conselheiros(as) - mandato de 01/01/2024 à 31/12/2025, conforme Decreto nº 57.927, de 18 de dezembro de 2023, e suas alterações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Ademir Sgrott, da AJM; Ernesto Caetano da Silva, da SDE.UDR; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Gabriel Klein Wolfart, do SindPedras; Alcides Bergmann, da AJAq; Samille Perozin, da SAS; Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA; Marli Fleith Sacavem, da AMEM MILDAU; Celso Roberto Eick Júnior, da OAB; Sérgio de Olivera Netto, da GRM; Felipe Romer Batista, da SEHAB; João Paulo Freisleben, da APIVILLE; Amanda Zimmermann Poltronieri, da ATERJ; Arlindo Raulino Junior, da PMA; André Luis Maciel Pimpão Pimentel, da SEPUR; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; Jacson Gil Carneiro, da ACEF; Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA BABITONGA; Hector Silvio Haverroth, da EPAGRI; Rosângela Moser, da SECULT; Karina Bianca Christ, do IMA; Silvia Brümmer Yanetzky, da AMEM MORROS; e Sarah Sabrina Leal Francisco, da SAMA.UNF. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; da AMEM MILDAU: Nivaldo Fleith Sacavem, José Camilo de Oliveira, Júlia Meire Costa e Gilberto da Silva; Micheli Olívia Machado, Produtora Rural; Patrícia Helena Eggert Karnopp, da CAJ; Ricardo Alexandre Messias de Oliveira, da SDE.UDR; Maiara Priscila Brummer, da ATERJ; Luiz Carlos Moreira, da SDE.UDR; Vanessa Santana, da CAJ; Jacson de Borba, do GAB. Ver.Vanessa Falk; Júlia Turrek Santana, da OAB e Vanderlei Monteiro, Agricultor. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata Sessão Plenária de 12/11/2024; **2)** CAJ - Pagamento PSA; **3)** SEPROT "*Projeto Piava 2025*"; **4)** Solicitações Pautas Iniciais; **4.1)** Revisão do Plano de Manejo - STCP (SindPedras); **4.2)** Ocupações Quiriri Garuva (CAJ); **4.3)** Acidente Químico 29/01/2024 - Providências (AJM); **5)** Plano de Ação 2025 - Cartilha Conselheiros; **6)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre; **6.1)** IQA/PSA - CAJ; **6.2)** Apresentação Ações Entidades junto à APA. **Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião de 12/11/2024**: O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita inicia a reunião saudando a todos, e na sequência questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata da Sessão Plenária do dia 12/11/2024, e se possuíam alguma contribuição ao texto, no que, houve o registro dos votos de abstenção dos Conselheiros Adilson Gorniack, da SEPUR, e Ricardo Alexandre Messias de Oliveira, da SDE.UDR; não havendo manifestações colocou a Ata em votação, sendo Aprovada por unanimidade dos votos dos Conselheiros. Não havendo demais manifestações, O Presidente Fábio Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) CAJ - Pagamento PSA**: O Presidente Fábio Jovita convida a Conselheira Daiane Paul Nunes, da CAJ, para apresentação desta pauta, que cumprimenta a todos e inicia sua fala relatando o IQA referente ao mês de fevereiro de 2025; considerando a quantidade de água tanto do Rio Cubatão quanto a do Rio Piraí, ambos ficaram dentro da vazão ecológica, o Cubatão com 18.997 e o Piraí com 2.084 litros por segundo; com relação à qualidade da água, o Cubatão ficou com a categoria boa e o Piraí, com a categoria ótima, sendo os índices registrados, Rio Cubatão com 66,60 e o Rio Piraí com 72,36. Daiane ressalta que essas análises foram realizadas no mês de fevereiro. Com relação ao monitoramento de agrotóxicos, a estação de tratamento de água no Cubatão, os pontos de monitoramento situam-se à montante da estação, sendo bimestral, no entanto no mês de janeiro de 2025, último monitoramento efetuado, não houve ocorrência de anormalidades

verificando-se todos os índices abaixo dos dez parâmetros permitidos pela legislação. Com relação ao programa Águas para Sempre no mês de fevereiro de 2025 foram assinados 17 termos de adesão, indicando novas propriedades matriculadas e 4 projetos de adesão em negociação; 31 propriedades demonstraram interesse em participar do programa, encontrando-se em fase de ajustes de documentação, e 24 desistências em face de irregularidades. O Programa abrange uma área total de 144,64 hectares, sendo 81,41 hectares de áreas verdes. Daiane ressalta os valores do Programa concernente a janeiro de 2025, sendo R$19.456,87 de PSA e R$44.395,00 de Serviços, totalizando R$63.852,00. Na sequência Daiane efetua o pagamento de PSA Pagamento por Serviços Ambientais, à produtora rural Micheli Olívia Machado que completa 1(um) ano no programa, assinado em 06 de março de 2024; durante este ano foram efetuados vários serviços na propriedade como conservação e recuperação da área verde, limpeza da fossa, verificação da qualidade da água, vistoria geral da propriedade e plantio de vegetação na APP executado totalmente por Micheli, assim como a participação no curso na área ambiental, capacitando-a à gestão da propriedade. Pelos serviços prestados Micheli recebeu R$2.950,00, pelo PSA R$549,19, totalizando R$3.499,19 e agradeceu a oportunidade em participar deste relevante programa, recebendo calorosos aplausos da Plenária. Prosseguindo, Daiane agradece a parceria de várias instituições que colaboram com o Programa e que fazem parte do Grupo Gestor, e menciona que está sendo publicado o novo edital do Programa Águas para Sempre, contemplando 100% da área da Bacia do Cubatão, que era um pleito reivindicado há bastante tempo. É um programa muito importante para garantir a qualidade e a disponibilidade de água, não só para o abastecimento público, mas para todos os usos, como a agricultura, irrigação e a criação de animais. A Conselheira Patrícia Helena Eggert Karnopp, da CAJ, agradece a oportunidade em participar deste projeto e enaltece o proficiente trabalho do Grupo Gestor, que diante de diversas dificuldades sempre acreditou na concretização positiva da atividade e hoje colhe os bons frutos da preservação ambiental junto com a comunidade. O convidado José Camilo de Oliveira, morador da Estrada Mildau indaga qual o valor máximo do PSA vigente; Daiane confirma o teto máximo atual de R$750,00, variando conforme a região. Garuva faz parte da bacia do Rio Cubatão, portanto é uma área que precisa entrar no programa. Daiane ressalta que o mapeamento da área de Joinville é baseado no SIMGeo, ao contrário de Garuva que usa o sistema CAR Cadastro Ambiental Rural, cadastro eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais integrarem as informações de propriedades e posses rurais. Daiane ressalta o grande desafio quando necessita determinar a posição geográfica das propriedades situadas no limite dos municípios de Joinville e Garuva em razão dos dois sistemas georreferenciais adotados para o zoneamento urbano e o rural, causando um minucioso detalhamento das matriculas dessas propriedades. Daiane exorta os presentes à leitura do edital do Programa Águas para Sempre colocando-se à disposição para dirimir quaisquer dúvidas por meio do grupo de *WhatsApp* do Conselho, ressaltando que para as novas propriedades uma equipe da CAJ desloca-se até o local para efetuar um estudo de planejamento juntamente com o proprietário, oportunidade em que é efetuada uma explanação geral do funcionamento do Programa. O Presidente Fábio Jovita inquire se algum Conselheiro presente na reunião desconhece o Programa Águas para Sempre; no que todos os presentes confirmaram conhecer o Programa. Jovita parabeniza a todos pelo conhecimento, salientando que em razão de novos integrantes pode ocorrer dúvidas quanto ao modo de pagamento do PSA, contudo é gratificante o interesse de todos pelo Programa, Conselheiros e Comunidade, demostrando a seriedade, o trabalho e o comprometimento com a conservação das nascentes e do meio ambiente, e enaltece a todos que acreditaram no Programa e não desistiram, e que no momento estão recebendo as primeiras recompensas por seus trabalhos ambientais. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se haverá impedimentos para deslocamentos através da Serra Dona Francisca e a região do Piraí; Daiane explana que no momento está previsto um estudo para a área do Piraí conforme o diagnóstico e a abrangência da área do Programa, assim como o uso da calculadora do PSA. No entanto o edital atual não comtempla essa área do Piraí, pois o seu diagnóstico dependerá da contratação de empresa qualificada para elaborar o referido estudo. Ademir indaga se o estudo engloba a nascente do Piraí até a ETA Cubatão; Daiane reitera que o estudo ainda está em fase de contratação da empresa executante, contudo a previsão é abranger desde a nascente do Rio Piraí até a Serra Dona Francisca, em razão da necessidade de comprovação da atratividade, interesse e produtividade da área. Sem mais questionamentos a Conselheira Daiane Paul, da CAJ agradece a todos e encerra sua apresentação com calorosos aplausos da Plenária. Sem mais manifestações, o Presidente Fábio Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) SEPROT "*Projeto Piava 2025*"**: O Presidente Fábio Jovita convida para apresentar a pauta, o Conselheiro Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública, que agradece pela oportunidade, cumprimenta a todos e inicia sua apresentação mencionando que o presente levantamento refere-se à estação do verão 2024/2025. Maiko menciona que o Projeto PIAVA é um Projeto de Administração e Desenvolvimento do Verão em Água Doce, um projeto coordenado pela Defesa Civil, mas que utiliza de outros parceiros do município como a Guarda Municipal e o DETRANS. É uma ação integrada que compreende não só a Ação para a Segurança e Defesa Civil de busca e salvamento, mas também a participação da Secretaria do Meio Ambiente que é parceira do Projeto PIAVA, assim como a Secretaria de Cultura e Turismo, que desempenha ações voltadas para o Turismo na Área Rural. Falando especificamente do Projeto PIAVA, o Projeto de Prevenção a Incidências e Afogamentos no Verão em Água Doce, existe o foco também com relação às questões ambientais, sendo este tema abordado nas escolas em toda sua dimensão e também a conscientização relacionada aos desastres, no entanto, o foco principal do Projeto é o risco de afogamento no verão, principalmente em água doce. O Projeto desenvolve-se em duas etapas, sendo a primeira etapa iniciada em outubro, com palestras nas escolas, ocasião em que a equipe do Projeto juntamente com o representante do Corpo de Bombeiros comparecem às escolas selecionadas previamente. A segunda etapa acontece durante o período do verão com a realização de *blitzes* educativas, a fim de despertar a conscientização do banhista. No ano de 2024 foram efetuadas 40 palestras em 20 escolas, quase mil alunos atendidos pelo programa. Em anos anteriores o foco do Projeto visava as escolas da área rural, mas com o passar do tempo tornou-se evidente que a precariedade da conscientização acontecia com moradores da zona urbana, o que levou o direcionamento das palestras para esta área. Maiko pontua que durante as palestras nas escolas municipais são distribuídas cartilhas e cadernos de desenho com conteúdo referente à prevenção de acidentes sobre afogamentos e ambientais, frisando que durante o verão com o apoio da SAMA, Corpo de Bombeiros e voluntários da Defesa Civil, foram realizadas nove *blitzes* educativas com foco na prevenção e não em multas, com distribuição de cartilhas nos pontos de acesso de banhistas. Além da comunicação da Prefeitura são utilizadas leis pertinentes para divulgar o trabalho, para ampliação do potencial de conscientização do projeto; placas orientativas foram colocadas em alguns desses pontos em parceria com a SAMA. Desde o ano passado foram instaladas placas em alguns pontos reforçando a atenção com o afogamento e questões de barulho e de estacionamento. Com relação à Segurança Pública houve um aumento do efetivo da Guarda Municipal, o que possibilitou uma escala de 24 horas, 7 dias por

semana; as rondas e atuação nas áreas de banho, ou seja, nas áreas rurais foram realizadas rondas preventivas e mediante ao acionamento do número 153, que é o telefone da Guarda Municipal, além do monitoramento por meio de câmeras em boa parte desses pontos de banho. O Presidente Jovita ressalta a importância do monitoramento das câmeras não só com a segurança, mas também com os pontos nos rios. Maiko prossegue mencionando a relevância da monitoração do trânsito e também com os alertas extremos de chuvas emitidos pela Defesa Civil, ação que tem se mostrado bastante assertiva. Portanto, as câmeras permitem o acompanhamento mais rápido e preciso do que está acontecendo no munícipio, principalmente na ocorrência de inundações. Ainda sobre o trânsito houve um aumento no quadro efetivo possibilitando o trabalho até às 24:00 horas e programação de uma nova escala no final de semana. Como resultado dessa Operação Verão foram realizadas rondas preventivas mediante o acionamento do 153, e reforçadas sinalizações nas cabeceiras das pontes para orientar o banhista proveniente da área urbana. Durante o período do verão foram efetuadas 39 rondas na área rural que resultaram aproximadamente 70 autuações de trânsito, concernentes a estacionamento regular e questão de perigo de ação. A Conselheira Amanda Zimmermann Poltronieri, da ATERJ Associação Turismo Eco-Rural de Joinville, sugere que as *blitzes* sejam efetuadas em horário vespertino em razão deste período acontecerem frequentes badernas nas pontes; Maiko argumenta que normalmente no período matutino a Polícia Militar e a Defesa Civil participam de ações educativas, no entanto, é rotineiro acontecerem rondas no período da tarde; o mapeamento indica que essas ações de desordem acontecem quase sempre no período vespertino. Maiko orienta que as pessoas devem acionar o 153 sempre que presenciarem anormalidades. O Presidente Fábio Jovita ressalta que as blitzes da Polícia Militar acontecem em horários diferentes, principalmente em horários de grande intensidade de trânsito, tanto na área urbana quanto na rural e reforça a orientação de Maiko quando em eventuais casos de baderna ou desordem a comunidade deve acionar a Polícia Militar e Defesa Civil para mitigar ou coibir ações que possam colocar em perigo a população. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau Associação de Moradores da Estrada Mildau, comenta que um dos maiores problemas está relacionado com o excesso do consumo de bebidas alcóolicas, mesmo com a presença da Polícia Militar aos sábados e domingos, dias em que ocorre o maior número de banhistas na região. Jovita ressalta que atualmente existe uma tendência de melhoria em face de ações como educação ambiental nas escolas, ação educativa direcionada à comunidade local e visitantes, *blitz* e ronda da Polícia Militar, serviços esses quando agregados melhoram a situação geral indicando a diminuição de fatores de riscos e danos pessoais e materiais. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE Associação dos Bananicultores de Joinville comenta que mesmo com o aumento do efetivo de agentes da Polícia Militar na região ainda assim acontecem situações de perigo e sugere o posicionamento de uma viatura policial na saída das estradas vicinais para a rodovia, pois os motoristas não respeitam a sinalização e frequentemente passam para a contramão por conta das filas extensas, colocando em risco a integridade física de outrem. O Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga Associação dos Engenheiros Agrônomos da Babitonga, comenta sobre o avanço da atividade turística na APA da Serra Dona Francisca que atualmente encontra-se em situação preocupante por conta da falta de um regramento balizador, é preciso definir se a propriedade é do segmento turístico ou agrícola e salienta que no ano de 2024 ocorreram dois óbitos, possivelmente em decorrência da ausência de diretrizes por parte da administração pública. A atividade turística proporciona visibilidade e emprego para o território, no entanto necessita de regulação. Jovita exorta aos representantes da SDE.UDR presentes que anotem a observação do Conselheiro Cadorin, e comenta a respeito do desenvolvimento econômico da região que está atrelado a este órgão, todavia, é imperativo o cadastro rural dos interessados como ponto inicial do Projeto. A Conselheira Rosângela Moser, da SECULT Secretaria de Cultura e Turismo explana que a SECULT atua na parte educativa mas, não tem ingerência na área interna das propriedades para determinar o funcionamento de estacionamentos e consumo de bebidas, por se tratar de áreas privadas, no entanto promove a informação dos locais que possuem boa condição de infraestrutura estando aptos à visitação de turistas e munícipes. A Conselheira Maiara Priscila Brummer, da ATERJ, menciona que esta situação vem sendo acompanhada pela Associação, sendo que nos últimos anos a regularização das propriedades está sendo desenvolvida junto à UDR, mesmo com a dificuldade por parte do Produtor Rural que que desejava abrir sua propriedade para a visitação pública, porém havia um série de entraves que impediam essa ação. Atualmente essa regularização acontece por meio de vistorias dos órgãos públicos como SAMA e Corpo de Bombeiros que orientam o que pode ser feito e o que não é permitido no âmbito interno da propriedade a fim de assegurar a segurança dos visitantes. Maiara frisa que invasão e banho no rio não é ecoturismo, lembrando que em muitos locais o turismo rural não é bem aceito, por conta justamente da invasão desenfreada de visitantes que confundem adentrar propriedades privadas sem permissão; por esta razão muitas propriedades são delimitadas por cercas e muros, porém esta prática impede a fiscalização de órgãos públicos, haja vista a inviolabilidade de uma propriedade particular, exceto os casos previstos por Lei. Maiara menciona que a Associação recomenda aos moradores que ao presenciarem algum fato ilícito denunciem o ato para que a Associação solicite a intervenção dos órgãos pertinentes. Atualmente existem 39 associados, no entanto, mesmo que um fato ocorra em uma propriedade não associada, a Associação presta assistência. Contudo, para recebimento de turistas a propriedade obrigatoriamente deve estar regularizada. Jovita destaca a justiça em proteger as propriedades regularizadas em detrimento das não regularizadas, todavia alerta a importância em orientar os proprietários dessas unidades particulares sobre os benefícios da regularização não somente visando a atividade turística rural como também a questão de invasões. Jovita propõe que esse tema, relacionado à fiscalização empresarial e ambiental, seja pauta da próxima reunião do Conselho da APA. O Conselheiro Ricardo Alexandre Messias de Oliveira, da SDE.UDR Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação – Unidade de Desenvolvimento Rural, indaga sobre a criação de uma Câmara Técnica para debater o assunto. Jovita indaga se já existe uma Câmara Técnica a respeito desse tema, no que a Conselheira Magda Franco e o Secretário José Neto confirmam sua inexistência. Na sequência Jovita sugere a criação da citada Câmara voltada para a discussão do controle de fiscalização e acesso aos rios em propriedades particulares. Messias ressalta que outrora já havia solicitado o debate deste assunto que será discutido na revisão no Plano de Manejo, que trata da questão de invasões, mas que necessita de complementação da matéria para fazer frente às ocorrências atuais. Colocada em votação a proposta de se instituir uma Câmara Técnica foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros, a qual terá a condução da Vice-Presidente do Conselho Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau. Jovita informa que será criado um calendário determinando os dias de reunião da recém criada Câmara para que todos possam contribuir com suas observações técnicas. O morador Nivaldo Sacavem comenta sobre o calendário de eventos da região da APA, e em face da presença maciça de visitantes nessas datas tradicionais, como exemplo o Dias das Mães, sugere que seja efetuado um plano de ação com a Polícia Militar no entorno da rotatória, em razão do desconhecimento do território por grande parte dos visitantes, causando um congestionamento do trânsito principalmente na região do Quiriri, ocasião em que as pessoas param seus veículos e pulam as cercas das propriedades em direção aos rios. Sobre este

assunto sugestiona a construção de ciclovias, o que poderia inibir o estacionamento de veículos ao longo da rodovia. Jovita recomenda que este assunto levantado por Nivaldo Sacavem, também seja discutido na Câmara Técnica. Amanda pontua que o controle do trânsito na rodovia é uma reinvindicação antiga dos moradores, pois em épocas festivas e feriados como o fim de ano, o direito de ir e vir torna-se bastante afetado, ressaltando que a ATERJ está sempre em busca de soluções para a mobilidade da região sendo notório que o estacionamento nos dois lados da rodovia prejudica tanto o fluxo dos veículos quanto o deslocamento de transeuntes eventuais e moradores locais. Amanda lembra que no fim do no de 2024 com a participação da Polícia Militar Ambiental efetuando rondas, houve uma grande redução na retenção do tráfego de veículos, contudo longe de atingir uma situação ideal pois os visitantes invadem as propriedades particulares e muitas vezes os proprietários não tomam conhecimento dessa invasão em razão de sua residência ser afastada da margem do rio, inclusive em muitos casos os invasores trazem roçadeiras e outros equipamentos e desmatam determinada área para construir um acampamento, sendo que em muitas ocasiões o proprietário é multado por essa ação dolosa. Amanda relata que somada à ação de invasão, os maus visitantes ainda deixam grande quantidade de lixo e somente em um final de semana foi recolhida 1(uma) tonelada de resíduos deixados indevidamente. Amanda ressalta veemente que é dever de todos, o Estado e População, buscarem meios de coibir essas práticas ilícitas a fim de preservar o meio ambiente e enaltece a criação da Câmara Técnica. O Conselheiro Arlindo Raulino Júnior, da PMA, Polícia Militar Ambiental, comenta que existem 3(três) canais de comunicação onde a população pode fazer denúncia: por meio do número 190, no site da PM mediante a Ouvidoria e pelo aplicativo PMSC Cidadão. Arlindo frisa que a grande dificuldade na PMA é o reduzido número de agentes que afeta a escalação contínua e consequentemente a qualidade do serviço. Arlindo argumenta que possivelmente muitos casos ilícitos não estão sendo informados para a PMA, pois todas as denúncias tem uma resposta imediata , portanto se faz necessário um trabalho de conscientização com a população a respeito de como efetuar uma correta comunicação com as autoridades, seja para requisição de controle de eventos ou informar a ocorrência de delitos. O Conselheiro André Luis Maciel Pimpão Pimentel, da SEPUR Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano, menciona que conforme o Conselheiro Cadorin pontuou, existe no SIMGeo uma referência sobre a atividade do ecoturismo, sendo uma base de dados atualizada que pode ser utilizada para pesquisa da região na área rural. Jovita ressalta que a base de dados citada por André seja repassada para a Câmara Técnica, o que facilitará o trabalho dos Conselheiros. O convidado Jacson de Borba do Gabinete da Vereadora Vanessa Falk, coloca à disposição da Câmara Técnica o apoio e expertise da Vereadora Vanessa, mediante sua capacidade de articulação com vários órgãos, inclusive com a participação da Câmara dos Vereadores no que puder contribuir com estas discussões. O Presidente Jovita assevera que a Câmara Técnica não é fechada, pelo contrário, é aberta à participação de todos que possam oferecer informações técnicas e específicas que possam auxiliar o cumprimento da finalidade da Câmara. Sem mais manifestações, o Presidente Fábio Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Solicitações Pautas Iniciais**: O Presidente Fábio Jovita abre esta pauta mencionando os temas previstos: Revisão do Plano de Manejo, Ocupações Quiriri e Garuva, e, Acidente Químico do dia 29/01/2024. **4.1) Revisão do Plano de Manejo - STCP (SindPedras)**: O Presidente Fábio Jovita convida a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA para apresentação deste item, a qual cumprimenta a todos e inicia sua fala mencionando que por meio do grupo do Conselho no *WhatsApp* solicitou aos Conselheiros informações que auxiliassem à revisão do Plano de Manejo, o que aconteceu positivamente. Magda informa que em decorrência dos pedidos no próximo mês de abril acontecerá a realização de uma Oficina. Foram solicitadas mais informações sobre o Plano de Manejo e acerca do produto de saneamento que deverão ser discutidos na reunião das oficinas, as quais realizar-se-ão duas vezes por semana, uma na terça-feira, e outra no sábado, para atender as pessoas que não podem participar no meio da semana. **4.2) Ocupações Quiriri Garuva (CAJ)**: Magda prossegue na apresentação deste item, mencionando que o citado tema foi uma sugestão da CAJ acerca da ocupação no Quiriri e Garuva. A Conselheira Daiane, da CAJ menciona que por conta de do Programa PSA que se desenvolve em Garuva faz necessário determinar a área correta da APP. Magda informa que esse é um tema afeto à revisão do Plano de Manejo, no entanto é um assunto complexo a ampliação de território, portanto depende de decisão de órgãos superiores municipais, estaduais, e federais. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA Associação dos Proprietários de Terras na Mata Atlântica, comenta que é necessário a realização de um trabalho unificado para a solução dos problemas na APA Serra Dona Francisca. Magda informa que para a revisão do Plano de Manejo está sendo contratada a empresa STCP, inclusive já tendo ocorrido uma visita a APA da Gerente da citada empresa, com o intuito de conhecer melhor a região, seu relevo e particularidades. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau Associação de Moradores da Estrada Mildau comenta que a área de Garuva mudou demasiadamente nos últimos 30 anos e que atualmente precisa de parcerias para a solução de problemas em face dessa transformação. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM Associação Joinvillense de Montanhismo, menciona que existe um Plano de Ação para Garuva, contudo existem muitas questões pendentes como o parcelamento de solo. Ademir sugere que seja realizada uma Oficina de Capacitação Específica sobre Garuva. **4.3) Acidente Químico 29/01/2024 - Providências (AJM)**: Magda pontua que em relação a esse acidente foi criada pelo Comdema em conjunto com o CMSB e Conselho Gestor da APA, uma Câmara Técnica Conjunta com a finalidade de encontrar soluções para mitigar o impacto de futuras ocorrências similares. No mês de agosto do ano passado, o Comdema, conforme orientação da Câmara Técnica Conjunta formada pelos três Conselhos (CMSB, APA Serra Dona Francisca, e Comdema), encaminhou Ofício para a SIE Secretaria de Infraestrutura do Estado questionando informações sobre providências tomadas a respeito do ocorrido, sendo que no mês seguinte, setembro, a SIE informou que o pedido do Conselho foi protocolado, transformado em processo, e que encontra-se em andamento, e que assim que a área técnica finalizasse a análise sobre as infraestruturas de melhorias solicitadas para a rodovia, retornaria com novas informações para o Conselho. Portanto é imperativo que o Conselho continue a monitorar as atualizações das providências, por motivo de frequentes acidentes ambientais na área da Serra Dona Francisca. Atualmente na Serra Dona Francisca existe um planejamento de controle diário efetuado pela Polícia Militar Rodoviária e um planejamento anual envolvendo diversos órgãos nos âmbitos federal, estadual e municipal para fiscalização do transporte de produtos perigosos, formado pela Defesa Civil Municipal e Estadual, ANTT, ARTERIS, IMA, a própria Polícia Militar Rodoviária e outros. Por sua vez a SAMA também pode participar com sua equipe das ações fiscalizatórias desde que avisada com antecedência. A ANTT esclareceu que até o presente momento não existe nenhum tipo de convênio ou acordo com órgãos estaduais ou municipais de Santa Catarina visando a fiscalização do transporte de produtos perigosos, mas que permanece à disposição para quaisquer tratativas sobre o tema de grande importância para a região, sendo que as referidas tratativas sejam provenientes tanto de órgãos municipais quanto de estaduais. Magda ressalta que o Plano de Emergência é do ano de 2010, e necessita de uma revisão, a qual está em

estudo de previsão orçamentária. A Conselheira Júlia Turrek Santana, da OAB Ordem dos Advogados do Brasil, indaga se ao invés do Plano de Emergência poderia ser usado o Plano de Manejo. Magda confirma o uso do Plano de Emergência por ser um plano mais específico, detalhando o modo de enfrentamento para diferentes situações emergenciais. Magda ressalta a importância do acompanhamento da Câmara Técnica, contudo, é necessário o recebimento de dados de outros órgãos para que possa ser alcançado o adequado objetivo. O Conselheiro Maiko menciona que a SEPROT realizou capacitação ambiental com o Corpo de Bombeiros para atendimento primário à eventuais emergências. O convidado Vanderlei Monteiro ressalta que faz 10 anos de um acidente que vitimou fatalmente 59 pessoas na Serra Dona Francisca e indaga qual o tempo de resposta atualmente para atender um acidente desse porte. Maiko esclarece que o tempo de resposta depende de diversos fatores como o horário do acidente, que pode estar com grande fluxo veículos, à noite que pode dificultar a comunicação do acidente, todavia pode ser considerado um tempo médio entre 45 minutos e 1 hora. A Conselheira Marli comenta que o ideal seria a existência de uma base mais próximo possível da Serra, pois em caso de acidente com produtos químicos afeta completamente o abastecimento de água em Joinville e questiona qual o destino da multa paga pela empresa causadora do acidente. A Conselheira Júlia, da OAB informa que o Ministério Público celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta com a Empresa Buschle & Lepper S/A, que assumiu a responsabilidade pelo acidente ambiental, resultando no pagamento de medidas compensatórias no valor R$1.317.443,93 incluindo aquisição de equipamentos para a Polícia Militar Ambiental e doações para ONGs de proteção animal, no entanto estima-se novos pagamentos pois está em andamento processo administrativo na esfera ambiental e penal. Os compromissos firmados referem-se à entrega dos bens e equipamentos descritos no TAC, pagamento e comprovação das obrigações em até três meses, aferição anual da balança rodoviária por cinco anos e multa de R$5.000,00 por dia em caso de descumprimento, até o limite de R$300.000,00. Júlia alerta que o Ministério Público deve ser acionado em face da distribuição da compensação financeira não ter comtemplado várias entidades na APA da Serra Dona Francisca. O Conselheiro Sérgio de Oliveira Netto, da GRM Grupo de Resgate em Montanhas, sugere a permanência de uma equipe operacional na Serra com equipamentos capazes de efetuar uma comunicação imediata com a CAJ, Defesa Civil, PMA e outros órgãos pertinentes, inclusive com o uso de *drones* se possível, o que poderia diminuir consideravelmente o tempo de resposta na mitigação de um acidente. Júlia pontua que por volta de outubro de 2024, presenciou um acidente na Serra Dona Francisca, contudo, devido a impossibilidade de sinal para utilização de telefone móvel na região, foi necessário enviar outrem até o posto mais próximo da Polícia Militar para comunicar o acidente. O tempo de resposta foi de 1(uma) hora. Em face dos relatos acima mencionados o Presidente Fábio Jovita coloca em votação solicitar esclarecimentos referente a distribuição da verba compensatória pelo Ministério Público, sendo aprovado por unanimidade de votos dos Conselheiros. Magda destaca que diferente dos danos e do processo ambiental, os processos administrativo e criminal continuam em andamento, sendo que no âmbito administrativo está em fase de celebração de compromisso entre o MPE e a Empresa autuada. Magda informa que o Conselheiro Gabriel Klein Wolfart, do SINDPEDRAS Sindicato das Indústrias de Extração de Pedreiras/SC, fez um adendo referente que esse é um dos pactos relativo ao acidente e que outros poderão advir. Nivaldo Sacavem menciona que o Governo Estadual assinou a liberação da segunda etapa da duplicação da rodovia SC-418, que compreende o trecho da BR-101 até o inicio da Serra Dona Francisca, com previsão de inicio ainda neste primeiro semestre de 2025. Sem mais manifestações o Presidente Fábio Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5) Plano de Ação 2025 - Cartilha Conselheiros**: A Conselheira Magda Franco prossegue na apresentação desta pauta mencionando a recém criada Câmara Técnica deste Conselho, quanto à capacitação pendente para os Conselheiros que não puderam participar da anterior. Será efetuada uma comunicação por meio do grupo de *WhatsApp* com data, hora e local a serem definidos. Magda pontua que a cartilha para os Conselheiros continua pendente, no entanto haverá bastante trabalho durante o ano concernente à Câmara Técnica e a revisão do Plano de Manejo. Sem manifestações, o Presidente Jovita encerra esta pauta passando para o próximo item. **Pauta 6) Sugestões de Pauta e Palavra Livre**: O Presidente Jovita passa a palavra à Conselheira Magda Franco, que abre este item solicitando uma inclusão de pauta a respeito de um processo de anuência que tramita no âmbito da SAMA em face de omissão do tema no Plano de Manejo e a existência de regramento na LOT Lei de Ordenamento Territorial, o que foi aceito por todos os Conselheiros. Requer um pedido de anuência por parte do Conselho mediante a aprovação dos Conselheiros. Trata-se da empresa Fakinville Furgões Ltda, do ramo de comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, a qual solicita alvará de localização, todavia, esta atividade não consta na descrição do Plano de Manejo. O local de instalação e operação pretendido pela empresa situa-se na APA da Serra Dona Francisca, em faixa viária da Rodovia BR-101, Zona de Uso Restrito, porém, em área já ocupada por construções, sendo uma área consolidada. A LOT prescreve que para ARUC, atividades comerciais do CNAE 45 são permitidas quando caracterizadas de apoio aos setores agrícolas, de turismo, rodoviário, aeroviário e aquaviário (pequeno porte), portanto a atividade pretendida é permitida. Magda frisa que a anuência é somente para o Alvará de Localização. Na sequência o Presidente Fábio Jovita coloca o pedido de anuência em votação, sendo aprovado por maioria de votos dos Conselheiros. registradas 3(três) abstenções. Prosseguindo, Magda convida os Conselheiros e a Comunidade para a celebração do "Dia Mundial da Água", no próximo dia 22 de março, um trabalho em parceria com a UNIVILLE, CAJ, SAMA e CHBB, no período de 09h00 às 13h00, na Rua Pastor Guilherme Rau, 462, em frente ao Parque Zoobotânico. Serão desenvolvidas diversas atividades: Exposição História da Água de Joinville, doação de mudas nativas, cama elástica e jogos educativos para crianças, distribuição de materiais, aferição de pressão arterial e glicemia, mergulho na mata na ARIE do Morro do Boa Vista e aula funcional e laboral. O Conselheiro Ademir Sgrott recomenda cuidado na passagem por pontes através da trilha. Magda ressalta que para o mergulho na mata é necessário uma inscrição prévia, no entanto acontece uma fila de espera pois muitos inscritos não comparecerem no dia programado. A Conselheira Maiara ressalta que a reunião da Oficina foi acordado na última Plenária que seria no período noturno, no entanto ocorreram duas reuniões em horário comercial. Maiara sugere que seja definido pelo Conselho qual o horário adequado, considerando-se que integrantes dos blocos da sociedade civil, administração, e da própria comunidade, trabalham em horários e dias diferentes. Magda confirma que as Oficinas ocorrerão às terças e sábados e o convite deverá acontecer por meio de *e-mail* e *WhatsApp*. Jovita comenta sobre a votação dos Conselheiros para Conferência Municipal da Cidade, para discussão da implementação da Política Urbana para todo o Pais, e a cidade de Joinville, a ser realizada no Teatro Juarez Machado no próximo 12 de abril, no período de 08h00 às 19h00 horas. As entidades interessadas na composição deverão se inscrever acessando o site da Prefeitura de Joinville onde encontrarão os documentos necessários e o Edital do certame. Os candidatos a Delegado ou Conselheiro, devem entregar a documentação na SEPUR, das 09h00 às 13h00, até o dia 27 de março de 2025. O Conselheiro Ricardo Messias

ressalta que esta Conferência é aberta também à Sociedade Civil em sua totalidade. A Conselheira Júlia Turrek indaga se o Conselho poderia participar da Conferência da Cidade. Jovita esclarece que o Conselho não pode participar, contudo as Entidades e Pessoas Físicas podem, desde que devidamente inscritas. O Conselheiro João Paulo Freisleben, da APIVILLE Associação Joinvillense de Apicultores comenta sobre a questão da grande quantidade de visitantes na APA Dona Francisca em dias de calor, ressaltando que existem duas qualidades de pessoas: o turista e o banhista; este não é um consumidor local; traz consigo tudo o que precisa, instala-se na beira do rio e na saída deixa todo um rastro de resíduos prejudicando assim o movimento de turistas que evitam visitar a região do Quiriri e adjacências no fim de semana em decorrência do engarrafamento do trânsito na SC-418, desde o Mirante até a rotatória da BR-101. O Presidente Jovita frisa que qualquer pessoa pode participar da Câmara Técnica porque é um instituto público. Sem mais manifestações e não havendo demais contribuições, o Presidente Fábio João Jovita agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 20h00min, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

José Augusto de Souza Neto
Luiz Carlos da Silva Seixas
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita**, **Secretário (a)**, em 07/05/2025, às 09:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.joinville.sc.gov.br/ informando o código verificador **0025185544** e o código CRC **BBB71654**.